

Demonstrações Financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

31 de dezembro de 2014

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Caucaia - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F – RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	224.753	100.330
Títulos e valores mobiliários	5	53.337	80.995
Consumidores, concessionários e permissionários	6	148.464	115.527
Tributos a compensar	7	9.719	13.852
Outros créditos		18.636	13.721
Total do ativo circulante		<u>454.909</u>	<u>324.425</u>
Não circulante			
Tributos a compensar	7	17.503	15.750
Cauções e depósitos	8	-	28.383
Depósitos vinculados a litígios	9	3.640	80.704
Tributos diferidos	21	1.565	10.198
Imobilizado	10	562.652	514.927
Intangível		1.102	889
Total do ativo não circulante		<u>586.462</u>	<u>650.851</u>
Total dos ativos		<u><u>1.041.371</u></u>	<u><u>975.276</u></u>

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	186.202	91.114
Empréstimos e financiamentos	13	-	32.646
Folha de pagamento		5.195	3.976
Obrigações fiscais	12	31.778	37.890
Dividendos a pagar	17	110.970	2.725
Programa de pesquisa e desenvolvimento	15	16.642	14.544
Outras obrigações		3.073	7.617
Total do passivo circulante		<u>353.860</u>	<u>190.512</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	88.597
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	1.527	1.552
Outras obrigações		1.728	1.200
Total do passivo não circulante		<u>3.255</u>	<u>91.349</u>
Patrimônio líquido	17		
Capital social		151.936	151.936
Reserva de capital		141.659	141.659
Reservas de lucros		313.823	294.121
Dividendos adicionais propostos		76.838	106.275
Outros resultados abrangentes		-	(576)
Total do patrimônio líquido		<u>684.256</u>	<u>693.415</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u><u>1.041.371</u></u>	<u><u>975.276</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida	18	869.183	703.239
Custo do serviço	19	<u>(701.536)</u>	<u>(475.630)</u>
Lucro bruto		<u>167.647</u>	<u>227.609</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	19	(3.567)	(2.543)
Despesas gerais e administrativas	19	(11.519)	(11.335)
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	19	(42)	(41)
Total das despesas operacionais		<u>(15.128)</u>	<u>(13.919)</u>
Lucro antes do resultado financeiro impostos sobre o lucro		<u>152.519</u>	<u>213.690</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	30.624	29.177
Despesas financeiras	20	(29.507)	(30.141)
Variações cambiais, líquidas	20	<u>(2.857)</u>	<u>(6.373)</u>
		<u>(1.740)</u>	<u>(7.337)</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		<u>150.779</u>	<u>206.353</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	21	(43.934)	(32.842)
Diferidos	21	<u>(8.335)</u>	<u>2.310</u>
Lucro líquido do exercício		<u>98.510</u>	<u>175.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício		98.510	175.821
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com instrumentos financeiros	17	<u>-</u>	<u>442</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>98.510</u>	<u>176.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Outos resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
			Legal	Incentivo fiscal	Especial de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	151.936	141.659	20.593	161.058	45.649	(1.018)	-	88.316	608.193
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	175.821	-	175.821
Aprovação de dividendos propostos	17	-	-	-	-	-	-	(88.316)	(88.316)
Ganhos/(Perdas) em instrumentos financeiros	17	-	-	-	-	442	-	-	442
Destinações:									
Incentivo fiscal - Lucro da exploração	17	-	-	39.571	-	-	(39.571)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	(2.725)	-	(2.725)
Dividendos adicionais	17	-	-	-	-	-	(106.275)	106.275	-
Reserva de lucros	17	-	-	-	27.250	-	(27.250)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	151.936	141.659	20.593	200.629	72.899	(576)	-	106.275	693.415
Aprovação de dividendos propostos	17	-	-	-	-	-	-	(106.275)	(106.275)
Ganhos com instrumentos financeiros		-	-	-	-	576	-	-	576
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	98.510	-	98.510
Destinações:									
Incentivo fiscal - Lucro da exploração	17	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	(1.970)	-	(1.970)
Dividendos adicionais	17	-	-	-	-	-	(76.838)	76.838	-
Reserva de lucros	17	-	-	-	19.702	-	(19.702)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	151.936	141.659	20.593	200.629	92.601	-	-	76.838	684.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	98.510	175.821
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	27.591	26.127
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	42	134
Valor residual de imobilizado baixado	9	-
Tributos e contribuição social diferidos	8.336	(2.310)
Encargos financeiros e variação cambial	13.577	20.670
Programa de pesquisa e desenvolvimento	8.692	6.404
Atualização financeira dos depósitos judiciais	(3.551)	(2.655)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(32.937)	(11.960)
Tributos a compensar	2.380	(108)
Cauções e depósitos	28.383	(3.862)
Depósitos vinculados a litígios	80.615	-
Outros créditos	(4.915)	1.726
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	95.088	27.924
Folha de pagamento	1.219	
Obrigações fiscais	(6.112)	3.338
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(7.383)	(9.374)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(53)	-
Outras obrigações	(4.016)	8.235
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	305.475	240.110
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	27.658	(10.679)
Aplicações no intangível e imobilizado	(75.538)	(63.779)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(47.880)	(74.458)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(125.741)	(28.806)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(7.431)	(8.271)
Dividendos pagos	-	(90.580)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(133.172)	(127.657)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	124.423	37.995
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100.330	62.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	224.753	100.330
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	124.423	37.995

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“Companhia” ou “CGTF”), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19/10/2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a Companhia tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a Companhia contratado em 31 de agosto de 2001 a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a Companhia Energética do Ceará - COELCE, que é parte relacionada da Companhia, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

Em 16 de setembro de 2002, foi firmado entre a Companhia e a Companhia de Gás do Ceará (“CEGÁS”), com interveniência da Petrobras, o contrato de compra e venda de gás natural pelo prazo de 20 anos, contados a partir do início do suprimento de gás em janeiro de 2004. O referido contrato assegura que a totalidade do gás consumido pela usina deverá ser comprado junto a CEGÁS da mesma forma, estipula que em caso de falha no fornecimento a mesma deverá reembolsar os custos incorridos pela Companhia, para honrar seu contrato de venda.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2015.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.5.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, cauções e outros ativos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.5.1.2. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos créditos de fornecimento de energia à parte relacionada COELCE e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência.

2.5.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.5.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.5.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 (“CPC 38”), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado, ou outros modelos de avaliação.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de *swap* cambial, visando exclusivamente proteção contra o risco da variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 22 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

2.7. Imobilizado

Em imobilizações em serviço, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, conforme Nota 10.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.10. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

A Companhia gozava de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2013. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda eram contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12. Impostos

2.12.1. Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.12.2. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.13. Taxas regulamentares

A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares são as seguintes:

2.14.1. Pesquisa e Desenvolvimento - ("P&D"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - ("FNDCT") e Ministério de Minas e Energia ("MME").

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.15. Participações nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (“CPC 25”) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (“ICPC 08”), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 2% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.17. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

► Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2))

Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, visto que esta não se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).

► Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros – alterações ao CPC 39

Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia.

► Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge – alterações ao CPC 38

Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre a Companhia.

► ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos

A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, visto que esta aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

2.19. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

► IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

► IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

► Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado

A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e depósitos bancários	38.439	743
Aplicações financeiras	<u>186.314</u>	<u>99.587</u>
Total	<u><u>224.753</u></u>	<u><u>100.330</u></u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos tem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CDB (Fundos exclusivos)	62.507	46.197
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	<u>123.807</u>	<u>53.390</u>
Total de aplicações financeiras	<u><u>186.314</u></u>	<u><u>99.587</u></u>

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	53.337	64.882
Fundos de investimentos	-	13.149
Outros	-	2.964
Total de títulos e valores mobiliários	<u><u>53.337</u></u>	<u><u>80.995</u></u>

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

6. Consumidores, concessionários e permissionários

O saldo de consumidores, concessionários e permissionários, registrado no ativo circulante, é referente em parte, ao resultado da liquidação financeira no âmbito da CCEE e Energia Incentivada. O montante a receber em 31 de dezembro de 2014 na CCEE é de R\$ 50.255 (R\$33.544 em 2013) e Energia Incentivada R\$ 6.375 (nulo em 2013).

No ativo circulante estão classificados os saldos com partes relacionadas referentes a venda de energia para Coelce. O montante a receber em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 91.834 (R\$81.983 em 2013). Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 14.

Não houve movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2014.

7. Tributos a compensar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.653	6.492
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.656	6.379
ICMS a recuperar	16.913	16.731
Total	<u>27.222</u>	<u>29.602</u>
Circulante	9.719	13.852
Não circulante	17.503	15.750

8. Cauções e depósitos

Conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao International Finance Corporation (vide Nota 13), durante a vigência do contrato, a Companhia tinha um compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação estava vinculada a uma operação de "time deposit" no Banco Itaú BBA, a qual estava indexada ao dólar norte americano. Com o pagamento voluntário antecipado do financiamento em 15 de dezembro de 2014, a companhia está desobrigada a manter esta garantia (R\$ 28.383 em 2013).

9. Depósitos vinculados a litígios

O saldo de depósitos vinculados a litígios é composto pelo montante relacionado às ações judiciais datadas de fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, nas quais a Companhia buscava assegurar seu direito de classificar como "Grupo Eletrogêneo" determinadas máquinas e equipamentos importados utilizados na construção de sua usina termelétrica. Os referidos depósitos totalizam o montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 R\$ 3.640 (R\$ 80.704 em 2013). Para maiores detalhes acerca deste depósito, vide Nota 16.

10. Imobilizado

Descrição	Vida útil media em anos	Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em serviço:							
Geração							
Terrenos		1.055	1.055	-	-	1.055	1.055
Edificações	40	7.277	7.188	(2.360)	(2.141)	4.917	5.047
Máquinas e equipamentos	26	721.696	673.097	(276.033)	(249.543)	445.663	423.554
Veículos	7	683	613	(557)	(543)	126	70
Móveis e utensílios	16	11.229	11.229	(10.790)	(10.088)	439	1.141
		741.940	693.182	(289.740)	(262.315)	452.200	430.867
Administração							
Edificações	25	14	14	(5)	(4)	9	10
Máquinas e equipamentos	10	71	71	(63)	(54)	8	17
Veículos	7	265	265	(205)	(168)	60	97
Móveis e utensílios	16	56	56	(36)	(33)	20	23
		406	406	(309)	(259)	97	147
Total do imobilizado em serviço		742.346	693.588	(290.049)	(262.574)	452.297	431.014
Curso:							
Geração							
Edificações		456	517	-	-	456	517
Máquinas e equipamentos		108.957	82.233	-	-	108.957	82.233
Estudo com projetos		200	202	-	-	200	202
Administração		742	961	-	-	742	961
Total do imobilizado em curso		110.355	83.913	-	-	110.355	83.913
Total do imobilizado		852.701	777.501	(290.049)	(262.574)	562.652	514.927

O prazo de autorização da Companhia para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens de concessão da união, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

A movimentação do imobilizado está demonstrada como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	668.257	(236.575)	431.682	45.650	477.332
Adições	-	(25.999)	(25.999)	63.594	37.595
Transferências	25.331	-	25.331	(25.331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	693.588	(262.574)	431.014	83.913	514.927
Adições	-	(27.483)	(27.483)	75.217	47.734
Baixas	(17)	8	(9)	-	(9)
Transferências	48.775	-	48.775	(48.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	742.346	(290.049)	452.297	110.355	562.652

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

Taxas anuais de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Equipamentos gerais de Informática	16,67%
Veículos	14,29%

11. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	27.612	24.172
Recomposição do lastro	23.260	17.456
Cessão de crédito (a)	84.000	-
Energia incentivada	5.887	-
Custo pelo uso do sistema de transmissão	1.900	1.781
Materiais e serviços	43.375	47.575
Partes relacionadas (vide Nota 14)	168	130
Total	<u>186.202</u>	<u>91.114</u>

- a) Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de convênio de cessão de crédito sem direito de regresso junto à instituição financeira de primeira linha no valor máximo de R\$85.000, transferindo a esta instituição o direito parcial do crédito devido em razão do serviço de fornecimento de energia elétrica à Coelce pertinente às faturas dos meses de novembro e dezembro de 2014 (vide Nota 6). A Companhia, objetivando antecipar os recebíveis da Coelce, utilizou o montante de R\$ 84.000 disponíveis no contrato de convênio de cessão de crédito celebrado, os quais serão liquidados na data de vencimento de cada fatura.

12. Obrigações fiscais

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	16.064	17.119
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	11.145	15.919
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	2.188	2.686
Programa de integração social - PIS	474	470
Instituto nacional de seguridade social - INSS	323	343
Outros	1.584	1.353
Total	<u>31.778</u>	<u>37.890</u>

13. Empréstimos e financiamentos

A Companhia possuía um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 com o IFC (“*International Finance Corporation*”) no valor de US\$ 130.000. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, estava dividido em 3 “*tranches*” (IFC-A, IFC-B e IFC-C) com vencimentos em Dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente. Em 15 de dezembro de 2014, a Companhia optou por realizar o pagamento voluntário do valor total do saldo da dívida com o IFC e respectivos swaps vinculados à este contrato de financiamento. A liquidação antecipada voluntária foi realizada por decisão da Companhia, considerando as condições favoráveis de mercado para redução de custos financeiros dado a disponibilidade de caixa da Companhia.

Credor	Moeda	Taxas	Vencimento	31/12/2014				31/12/2013					
				Circulante			Não circulante		Circulante			Não circulante	
				Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	Total
IFC - A	US\$	7,89% a.a.	15/12/2017	-	-	-	-	-	185	12.570	12.755	43.589	56.344
IFC - B	US\$	Libor + 2,25% a.a.	15/12/2015	-	-	-	-	-	(29)	19.745	19.716	21.157	40.873
IFC - C	US\$	11,96% a.a.	15/12/2019	-	-	-	-	-	82	-	82	16.399	16.481
Total dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	238	32.315	32.553	81.145	113.698
Swap	US\$	-	15/12/2015	-	-	-	-	-	93	-	93	7.452	7.545
Total				-	-	-	-	-	331	32.315	32.646	88.597	121.243

14. Partes relacionadas

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (despesa)	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita
COELCE - Companhia Energética do Ceará	91.834	-	577.340	81.983	-	512.259
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	-	64	(603)	-	65	(656)
Enel Energy	-	104	(45)	-	65	(46)
Total	<u>91.834</u>	<u>168</u>	<u>576.692</u>	<u>81.983</u>	<u>130</u>	<u>512.259</u>

- b) COELCE - Companhia Energética do Ceará - Os saldos referem-se exclusivamente às operações de venda de energia por parte da Companhia.
- c) CIEN - Companhia de Interconexão Energética - Os saldos incorridos estão relacionados com as despesas com o uso da rede básica no período.
- d) Enel Energy - A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 3.325 (R\$ 2.563 em 2013).

15. Programa de pesquisa e desenvolvimento

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.664	14.638
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – F.N.D.C.T.	(7)	(55)
Ministério de Minas e Energia - M.M.E.	<u>(15)</u>	<u>(39)</u>
Total	<u>16.642</u>	<u>14.544</u>

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

De acordo com a ANEEL 316, de 13 de maio de 2008, a Companhia deve efetuar os registros contábeis das obrigações legais de aplicação de recursos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que são reconhecidas contabilmente, incidindo juros, a partir do segundo mês subsequente de seu reconhecimento, até o mês do efetivo desembolso financeiro. Os juros são calculados mensalmente com base na taxa referencial SELIC até o mês do efetivo desembolso financeiro desses recursos.

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>			<u>Saldo acumulado</u>
	<u>Saldo acumulado</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualizações monetarias</u>	<u>Pagamentos</u>	
Trabalhistas	56	31	9	(23)	73
Cíveis	420	11	59	-	490
Fiscais	1.076	-	(82)	(30)	964
Total	<u>1.552</u>	<u>42</u>	<u>(14)</u>	<u>(53)</u>	<u>1.527</u>

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas (a)	-	31
Cíveis (b)	2	33
Fiscais (c)	74.830	145.157
Total	<u>74.832</u>	<u>145.221</u>

a.1) II e IPI - Grupo Eletrogêneo

A Companhia ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como “Grupo Eletrogêneo” as máquinas e os equipamentos importados, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%. A Companhia obteve êxito definitivo em 5 de dezembro de 2014, sendo efetuado o levantamento em seu favor no valor de R\$ 80.615 depositado judicialmente. Aguarda-se o levantamento do valor remanescente de depósito judicial no montante atualizado de R\$3.640 em dezembro 2014 (R\$ 80.704 em 2013).

a.2) PIS e COFINS

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A Companhia aguarda o julgamento de seu recurso pelo CARF. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 71.205 em dezembro 2014 (R\$ 67.926 em 2013).

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 151.935.782 ações ordinárias nominativas (sem valor nominal), distribuídas pela seguinte composição:

	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Enel Brasil S.A.	151.935.779	100%
Outros	3	0%
Total	<u>151.935.782</u>	<u>100%</u>

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 2% sobre o lucro líquido após as deduções legais, para pagamento de dividendos mínimo obrigatório.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	98.510	175.821
(-) Reserva de incentivo fiscal	-	(39.571)
Lucro líquido ajustado	98.510	136.250
Dividendos mínimos obrigatórios	1.970	2.725
Dividendos propostos	76.838	106.275
Reserva especial de lucros	19.702	27.250

Por deliberação em Assembléia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2014, foram deliberados dividendos no montante de R\$ 109.000, referentes ao lucro líquido do exercício de 2013. A companhia possui expectativa de efetuar o pagamento destes dividendos no decorrer do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015.

c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

c.2) Incentivo fiscais

Corresponde a reserva criada, a partir da introdução da lei 11.638/07, para a alocação do incentivo fiscal relativo ao lucro da exploração de benefício da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. A parcela do resultado destinada a essa reserva não é incluída na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

c.2) Reserva estatutária - especial de lucros

O estatuto da Companhia prevê que a destinação do lucro remanescente após as destinações de dividendos e demais reservas será destinado à reserva estatutária especial de lucros, para posterior aprovação em Assembleia. Esta reserva estatutária segue os limites previstos no artigo 199 da Lei 6.404/76.

d) Outros resultados abrangentes

d.1) Ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa

Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. A Companhia não apresenta saldo na rubrica de outros resultados abrangentes em 31 de dezembro 2014, em virtude da liquidação do valor total dos swaps vinculados ao contrato junto ao IFC (R\$ 442 em 2012). Os efeitos provenientes deste swap no exercício foram reconhecidos no resultado da Companhia.

18. Receita líquida

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas bruta		
Suprimento de energia elétrica	254.952	156.681
Suprimento de energia elétrica com empresa relacionada	790.876	707.984
Outras receitas e rendas	76.065	62.401
	<u>1.121.893</u>	<u>927.066</u>
Deduções da receita bruta		
Programa de integração social - PIS	(5.428)	(4.669)
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	(25.051)	(21.547)
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(213.539)	(191.207)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.692)	(6.404)
	<u>(252.710)</u>	<u>(223.827)</u>
Total	<u>869.183</u>	<u>703.239</u>

19. Custo e despesas operacionais

	<u>Custo de serviço</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Despesas gerais administrativas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal	(8.817)	(1.061)	(6.237)	(16.115)	(14.960)
Administradores	(719)	(1.632)	(1.640)	(3.991)	(2.847)
Material	(988)	-	(7)	(995)	(632)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(248.512)	-	-	(248.512)	(233.648)
Serviços de terceiros	(4.749)	(519)	(2.321)	(7.589)	(7.114)
Energia elétrica comprada no mercado	(385.533)	-	-	(385.533)	(179.711)
Custo pelo uso do sistema de transmissão	(18.164)	-	-	(18.164)	(18.144)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(42)	(42)	(41)
Depreciação e amortização	(27.493)	-	(98)	(27.591)	(26.127)
Taxa de fiscalização Aneel	(600)	-	-	(600)	(671)
Outras	(5.961)	(355)	(1.216)	(7.532)	(5.654)
Total	<u>(701.536)</u>	<u>(3.567)</u>	<u>(11.561)</u>	<u>(716.664)</u>	<u>(489.549)</u>

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	18.919	15.312
Variação MTM ativa	4.337	5.717
Outras receitas financeiras	7.368	8.148
Total das receitas financeiras	30.624	29.177
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(7.546)	(7.886)
Perda swap	(3.507)	(3.936)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	(93)
Variação MTM passiva	(8.077)	(12.548)
Outras despesas financeiras	(10.391)	(5.678)
Total das despesas financeiras	(29.507)	(30.141)
Variações cambiais, líquidas		
Variação cambial ativa	14.071	15.797
Variação cambial passiva	(16.928)	(22.170)
Total das variações cambiais, líquidas	(2.857)	(6.373)
Total do resultado financeiro	(1.740)	(7.337)

21. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2014		31/12/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	150.779	150.779	206.353	206.353
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional	10%	-	10%	-
	(37.671)	(13.569)	(51.564)	(18.572)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(809)	(293)	147	(114)
Incentivos fiscais e outros	73	-	39.571	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(38.407)	(13.862)	(11.846)	(18.686)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.278)	(11.656)	(13.543)	(19.297)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.129)	(2.206)	1.697	611
Total	(38.407)	(13.862)	(11.846)	(18.686)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IR e CS sobre diferenças temporárias	1.565	9.901	8.336	2.310
Provisão para ações judiciais e regulatórias	607	615	(8)	46
Variação cambial	-	3.812	(3.812)	2.807
Provisão ganho/perda hedge	-	4.228	(4.228)	(1.178)
Outras	958	1.246	(288)	635
Impacto no resultado de exercício	1.565	9.901	(8.336)	2.310
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	-	297	(297)	(227)
Swap	-	297	(297)	(227)
Total	1.565	10.198	(8.633)	2.083

22. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a solidez do principal cliente.

b) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Em dezembro de 2014 a Companhia liquidou o valor total do saldo da dívida com o IFC e respectivos swaps vinculados à este contrato de financiamento.

Valoração dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, assim como as taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	224.753	224.753	100.330	100.330
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	53.337	53.337	80.995	80.995
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	28.383	28.383
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	148.464	148.464	115.527	115.527
Passivo						
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	113.698	129.470
Instrumntos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	7.545	7.545
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	186.202	186.202	91.114	91.114

Os títulos e valores mobiliários registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

23. Compromissos

A Companhia mantém os seguintes compromissos de suprimento de energia firmados junto à parte relacionada Coelce, com a qual possui um contrato exclusivo de suprimento de energia de longo prazo:

Coelce	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Receita bruta	860.106	877.530	928.418	972.380	1.016.378	4.522.664
Receita líquida	627.878	640.597	677.746	709.837	741.956	3.301.545

24. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação no período de janeiro a dezembro de 2014 foi de R\$2.959 (R\$2.568 em 2013).

25. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2014	31/10/2015	R\$ 679.538	R\$ 1.536.382
Responsabilidade Civil	01/11/2014	31/10/2015	N/A	R\$ 490.700